

Jovens Agricultores #109

JAN|FEV|MAR| 2017 | Distribuição Gratuita

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



JOVENS AGRICULTORES NA PAC

Entrevista com Phil Hogan,
Comissário Europeu da Agricultura

*Opinião dos jovens agricultores de Itália,
França, Espanha e Portugal*

FIN2017

Feira & Fórum Internacional de Negócios

China Países de Língua Portuguesa e Espanhola

21-23 JUNHO

Porto, Portugal

EXPONOR



Networking
Inovação
Cooperação
Empreendedorismo

Organizer



Coorganizer



Supporting Organizer



International Partners



Media Partner



4 EDITORIAL

5 SABIA QUE

ATUALIDADE

7 AJAP reúne parceiros e colaboradores em almoço debate

ENTREVISTA

9 «Precisamos de comunicar os benefícios da PAC à população urbana», Phil Hogan, Comissário Europeu da Agricultura

DOSSIER CENTRAL - Jovens Agricultores na PAC

12 «É necessário investir na fixação dos jovens nas zonas rurais», Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

14 «A futura PAC deve ser dirigida aos que lavram a terra», Alan Jagoe, Presidente do CEJA

16 «A PAC deve apoiar os jovens a longo prazo», Roberto Monclavo, Presidente da Coldiretti

18 «A PAC deve adotar uma definição contundente de agricultor ativo», Jérémy Decerle, Presidente da Jeunes Agriculteurs

20 «UPA defende criação de plano de acesso à terra para jovens», Lorenzo Ramos, Secretário-geral da UPA

PARCEIROS AJAP

22 Crédito Agrícola do Vale do Dão e Alto Vouga

24 Crédito Agrícola do Alto Douro

AJAP SDU EU

26 Catarina Ramos, técnica da AJAP no Ribatejo e Oeste

PARCERIAS INTERNACIONAIS

28 Frutimel- know-how português ao serviço da agricultura moçambicana





Uma PAC forte responderá aos novos desafios

Uma parte substancial do orçamento da União Europeia assenta na PAC – Política Agrícola Comum. Se tempos houve em que o peso orçamental da agricultura era praticamente metade do orçamento global da UE, nos anos que correm tem perdido expressão.

Importa recordar que o alargamento a novos países, com praticamente o mesmo pacote financeiro da PAC, diminui o montante a cada Estado-membro, o que vai tornando o investimento cada vez menor.

A justificação para esta diminuição de montantes da UE para a atividade agrícola, reside no facto que muitos desafios foram sendo concretizados pelos Estados-membros, nomeadamente pela melhoria nas condições do trabalho, aumento de dimensão, modernização e competitividade das explorações, organização dos mercados, aposta em novas tecnologias, em novos produtos e em novas soluções de viabilização de estruturas agrícolas e rurais.

Note-se que a Sociedade foi registando algum mal-estar com os fundos atribuídos à agricultura, contudo importa sublinhar que novos problemas surgiram, o que torna a missão atual e futura da UE, e o espírito de colaboração entre os Estados-membros tão premente como no passado.

Veja-se o efeito das alterações climáticas; o assistir ao aumento da desertificação das zonas rurais, um pouco por todos os países europeus; as condições de concorrência desigual e desleal entre os produtos agrícolas e transformados europeus e a generalidade dos produtos extracomunitários; o aumento das preocupações da sociedade civil com a segurança alimentar, a qualidade do ambiente, a melhoria e preservação dos recursos naturais e a necessidade imperiosa de atrair mais jovens por toda a Europa para a agricultura e atividades rurais.

Está em causa o rejuvenescimento da atividade agrícola e o abandono das zonas rurais, se os dirigentes europeus e os governantes dos Estados-membros não acautelarem, no presente e no futuro, a pertinência destas preocupações.

Na presente edição da revista Jovens Agricultores quisemos ouvir dirigentes políticos europeus e nacionais e dirigentes de importantes associações de jovens agricultores da UE.

Importa num período em que se avizinham inúmeras reuniões e fóruns de discussão acerca da PAC no pós 2020, que os Jovens Agricultores façam ouvir a sua voz e as suas reivindicações.

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Direção Eduardo Almendra **Coordenação Editorial** Nélia Silva

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Comunicland – Comunicação e Marketing | geral@comunicland.pt

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal n.º 78606/94 **Registo de Título** n.º 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail revista@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



Consulta pública sobre a PAC até 2 de maio

Pode expressar a sua opinião sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) até 2 de maio. A Comissão Europeia lançou uma consulta pública aberta a todos os europeus sobre a modernização e simplificação da PAC. Responda ao questionário: <https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/FutureCAP>



«Estes três acordos, por si só, permitiram aumentar as exportações de produtos agroalimentares da UE em mais de 1 milhar de milhões de euros e geraram um valor acrescentado no setor agroalimentar de 600 milhões de euros. Igualmente importante é o facto de este aumento das exportações ter apoiado milhares de postos de trabalho em toda a UE, a maior parte dos quais no setor agroalimentar, nomeadamente na produção agrícola primária. Estes números são uma prova clara de que acordos comerciais ambiciosos e equilibrados são bons para os setores alimentar e agrícola da Europa.», **Phil Hogan, Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural**, sobre acordos comerciais da UE com o México, a Coreia do Sul e a Suíça*



*Comissão Europeia

7,5 %
das exportações totais
de mercadorias da UE resultam
do setor agroalimentar em 2016*



130 mil hectares
a área de cereais de Outono-Inverno
é a mais baixa das últimas
3 décadas (em 2016)**



491 mil toneladas
produção de azeitona para azeite
baixa 30% (em 2016)**



146,3 mil toneladas
produção de leite de vaca baixa 5,1%
(em 2016)**



75 M€/ano
valor económico da fileira da pinha
e do pinhão em Portugal



**200.000 hectares e
3.000 agricultores**
BIO em Portugal*



*Comissão Europeia

**Instituto Nacional de Estatística

AJAP reúne parceiros e colaboradores em almoço debate

“Jovens Agricultores- Visão Pós-2020” foi o mote do almoço debate organizado pela AJAP no Pátio dos Solares, em Estremoz, a 20 de janeiro. Estiveram presentes entidades parceiras da AJAP, entre as quais os presidentes de várias Caixas de Crédito Agrícola de Norte a Sul do país, e um representante da Eragro, além de colaboradores e técnicos da sede e das delegações regionais da AJAP.



O Diretor-Geral da AJAP, Firmino Cordeiro, abriu o debate destacando o crescimento da associação ao longo de 34 anos de história, que atribuiu “à resiliência e empenho dos dirigentes e colaboradores que calcorream o país contra ventos e marés” e traçou o objetivo para o futuro: “crescer com solidez no terreno”.

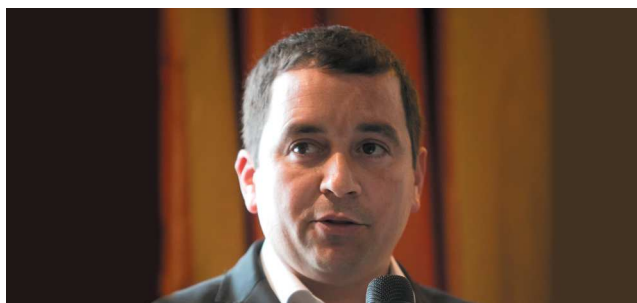
Falando do futuro, Paulo Ramalho, assessor da direção da AJAP, disse: “progredimos muito, entre 2000 e 2015 foram investidos 1.000 milhões de euros em projetos de instalação de jovens agricultores,

mas ainda há um longo caminho a percorrer”. A este propósito, Carlos Duarte, ex-secretário de Estado Adjunto da Agricultura, entre 2004 e 2005, destacou a necessidade de monitorização permanente dos milhares de projetos de jovens agricultores instalados, para que se garanta o sucesso dos mesmos.

O que mudará na PAC após 2020?

Perspetivando o que poderá vir a ser Política Agrícola Comum (PAC) após 2020, José Diogo Albuquerque, ex-secretário de Estado da Agricultura, apontou para uma provável fusão

entre os apoios concedidos no *greening* e as medidas agroambientais do 2º pilar, o que “seria uma vantagem porque as medidas agroambientais deixariam de estar dependente de cofinanciamento do Orçamento do Estado”. Na opinião do ex-governante, os instrumentos de gestão de crises, como os seguros de colheitas e as medidas de apoio à estabilização do rendimento, passarão a ocupar uma maior fatia do pacote financeiro da PAC, e ocorrerá uma convergência no nível de pagamentos diretos entre estados-membros.



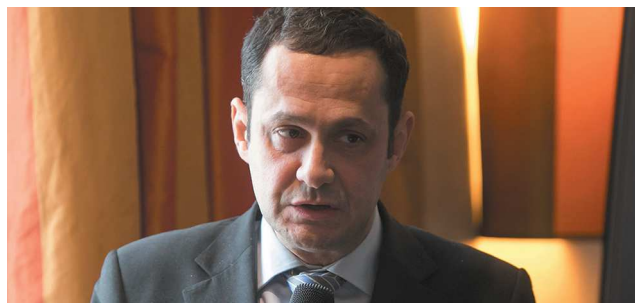
Eduardo Almendra, Presidente da AJAP



Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP



Normando Xarepe, presidente do Crédito Agrícola Estremoz, Monforte e Arronches



Paulo Beça, diretor de Marketing Estratégico da Caixa Central do Crédito Agrícola



José Diogo Albuquerque, ex-secretário de Estado da Agricultura



Paulo Ramalho Assessor da Direção da AJAP



Carlos Duarte ex-secretário de Estado da Agricultura





«Precisamos de comunicar os benefícios da PAC à população urbana»

O Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural é favorável à criação de novos instrumentos financeiros para apoiar os jovens agricultores nos primeiros anos de atividade. Sobre a PAC pós-2020 diz que será mais verde, com menos verbas para medidas de intervenção de mercado e não se compromete com a manutenção do atual nível de Pagamentos Diretos. Phil Hogan entrevistado pela Jovens Agricultores.

Esteve recentemente em Portugal.

Como vê a agricultura portuguesa e o contributo que está a dar para a melhoria da Economia nacional?

Penso que o setor agroalimentar europeu pode contribuir de facto para a recuperação económica de Portugal e de toda a UE. O caminho acertado passa por criar novos mercados para os produtos agroalimentares europeus, reconhecidos pela sua qualidade. Os dados mais recentes da Comissão Europeia (de novembro de 2016) sobre as trocas comerciais da UE mostram resultados muito positivos. As exportações mensais atingiram um recorde de 11,7 mil milhões de euros, com um valor acumulado de 130 mil milhões de euros em 2016. Acredito que podemos reforçar e até melhorar este número.

Que novos instrumentos financeiros pretende criar para apoiar o setor agroalimentar em 2017, nomeadamente através do Banco Europeu de Investimento (BEI)?

O acesso ao financiamento continua a ser uma grande barreira à renovação de gerações na agricultura. Os jovens que entram na atividade têm, em geral, reduzido suporte financeiro, razão pela qual são vistos pela banca como clientes de risco elevado. A introdução de instrumentos financeiros, inovadores e

dirigidos, nos Programas de Desenvolvimento Rural é particularmente importante para responder a esta lacuna de financiamento. Tais instrumentos podem ajudar a colmatar o financiamento avultado que os jovens agricultores necessitam nos primeiros anos do negócio, que em geral são de baixo retorno financeiro. A recente proposta da CE (Omnibus Regulation), que enumera as opções para simplificação da PAC, contém várias mudanças relevantes para os jovens agricultores, nomeadamente:

- Simplificação dos requisitos para incentivo às *start-up*;
- Regulamentação específica que cria instrumentos financeiros para apoio às *start-up*;
- Simplificação das regras de elegibilidade no âmbito dos instrumentos financeiros.

Estou a trabalhar com o BEI para encontrar soluções desenhadas à medida do setor agroalimentar.

«O acesso ao financiamento continua a ser uma grande barreira à renovação de gerações»



Como vai a PAC pós-2020 ajudar os jovens agricultores a lidar com a crescente volatilidade dos preços das commodities e com a incerteza do rendimento agrícola?

Em primeiro lugar, através de mais opções de exportação para os seus produtos. Em segundo lugar, estou convicto de que na futura PAC uma das prioridades será encontrar formas mais adequadas para gerir o mercado de forma responsável, envolvendo todos os parceiros da cadeia de valor agroalimentar. Foi nesse sentido que criei a *Agricultural Markets Taskforce* em 2016. O primeiro relatório, publicado em novembro de 2016 por este órgão consultivo, apresenta um vasto leque de opções políticas para reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor agroalimentar na UE. Conclui que a legislação que regula este setor «pode e deve ser melhorada». Entre outras medidas, o relatório aponta para a necessidade de criar nova legislação à escala europeia para prevenir e punir certas práticas de comércio desleal, bem como a implementação de sistemas de Arbitragem em cada Estado-membro.

O sr. Comissário afirmou na Conferência Agrícola Outlook, a 6 de dezembro, que «a dependência da intervenção pública no mercado será inevitavelmente limitada e deve ser mais dirigida e eficaz». Quer explicar?

2015 e 2016 foram anos difíceis para os agricultores e a CE teve de intervir em diversas ocasiões para ajudar os agricultores, que estiveram sob grande

pressão. Mobilizámos mais de 1,5 mil milhões do bolso dos contribuintes. Não sabemos se este tipo de abordagem é sustentável no futuro. Como forma de prevenção, precisamos de reforçar a rede de segurança e dotar os agricultores de melhores instrumentos para que possam eles próprios responder aos sinais do Mercado. Quando a consulta pública sobre o futuro da PAC terminar, a 2 de maio, farei um balanço dos contributos recolhidos e avaliarei que outras medidas poderão ser adotadas pela CE para atingir tal objetivo.

Podemos esperar uma PAC mais “verde” após 2020?

A Agricultura tem um papel muito importante no contributo para o mundo rural e na mitigação das alterações climáticas. Atualmente, já gastamos milhares de milhões de euros em medidas para melhorar a qualidade do mundo rural e em medidas climáticas. Face aos nossos compromissos internacionais, seja o Acordo do Clima de Paris ou os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, devemos empenhar-nos de forma consistente em assegurar a sustentabilidade da produção de alimentos na Europa. Os 22 milhões de agricultores europeus são o maior recurso que temos para assegurar a proteção e melhoria do mundo rural, e se forem chamados a ser ainda mais ambiciosos no que respeita à proteção do Ambiente, tal como se prevê na PAC pós-2020, teremos que os compensar por esse contributo.

Está confiante na manutenção do orçamento da PAC pós-2020?

Os contribuintes europeus estão dispostos a continuar a pagar a fatura?

Manter os mais elevados padrões de qualidade e segurança alimentar do mundo tem custos. A manutenção do modelo europeu de agricultura familiar exige um forte apoio político. Farei tudo ao meu alcance para garantir que a PAC continuará a ter um financiamento adequado e apelo aos agricultores e aos parceiros do setor alimentar e rural que me ajudem nesta missão. Precisamos de comunicar em conjunto os benefícios da PAC tanto para o mundo rural, como para a população urbana.

Os jovens agricultores precisam de melhor acesso à terra e ao crédito. Como pretende ajudá-los com «soluções inteligentes»?

A renovação de gerações é um imperativo absoluto, acredito que os agricultores e as comunidades rurais são uma peça vital do xadrez no que respeita a enfrentar os desafios da nossa Sociedade. Quando o Presidente Juncker e eu próprio emitimos, em dezembro, um Comunicado sobre o futuro da PAC, deixei claro que a renovação de gerações é um assunto que vai muito para além da redução da média etária dos agricultores europeus. Também tem a ver com dar mais poder às novas gerações de agricultores altamente qualificados, para que tragam para dentro do setor os benefícios da inovação tecnológica ao serviço de práticas agrícolas sustentáveis na Europa. Não há

menos jovens a querer entrar na agricultura, mas muitos deles enfrentam obstáculos intransponíveis. Pretendo focar-me na remoção desses obstáculos.

Os Pagamentos Diretos vão sofrer mais cortes após 2020?

Quando lancei a consulta pública (a 2 de fevereiro) deixei claro que estou determinado em manter um apoio de base ao rendimento e uma rede de segurança eficaz através do sistema dos Pagamentos Diretos. Este continua a ser um elemento essencial da PAC e deve manter uma dotação financeira adequada. O nível dos Pagamentos Diretos após 2020 será decidido pelos co-legisladores, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu.

Qual é a sua expectativa sobre os resultados da consulta pública da PAC?

A consulta pública decorre até 2 de maio e o questionário (de 30 perguntas) versa sobre temas prioritários do futuro da PAC, nomeadamente: resiliência, apoio ao rendimento, sustentabilidade e renovação de gerações. Quero que os europeus participem massivamente nesta consulta. Precisamos de ouvir as opiniões dos agricultores, grandes e pequenos, dos produtores de gado e dos que cultivam a terra, novos e menos novos, em Portugal e em toda a UE. Em menos de uma semana obtivemos 7.500 respostas. Estou muito animado com tal participação e desejoso de ver os resultados finais.



«É necessário investir na fixação dos jovens nas zonas rurais»

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP, defende apoios diferenciados aos Jovens Agricultores das regiões menos competitivas e diz que é urgente realizar um diagnóstico às explorações agrícolas apoiadas por dinheiros públicos que será útil para melhorar a futura instalação de Jovens Agricultores.



A AJAP acaba de ser admitida como membro do Conselho Económico e Social (CES), representando os jovens empresários. O que significa para a AJAP e seus associados?

Tem diversos significados extremamente importantes, desde logo o reconhecimento do papel ativo da AJAP junto do setor agrícola, junto dos seus interlocutores, os agricultores e em particular os Jovens Agricultores. A valorização da intervenção da AJAP na defesa e dinamização do espaço rural, nomeadamente pela iniciativa da criação da figura do Jovem Empresário Rural. Importa ainda sublinhar o reconhecimento da atividade agrícola em crescendo como atividade estratégica para Portugal, associada aos jovens enquanto agricultores e enquanto empresários. Estamos todos de parabéns é um reconhecimento extremamente valioso para a organização.

Aplicaram-se 1.000 milhões de euros desde o ano 2000 no apoio à instalação de jovens agricultores em Portugal. Há um diagnóstico sobre a taxa de sucesso/insucesso dos projetos implementados?

Infelizmente não. Em Portugal os dados sobre jovens agricultores após a

aprovação dos projetos, e ao longo dos primeiros anos, têm obviamente registos, mas nem sempre de acesso fácil. Compreendo o sigilo de cada projeto, mas existem dados que estatisticamente valia a pena tratar em tempo útil pelas organizações e empresas preocupadas com o futuro do setor. Nomeadamente, sobre o apoio à entrada de jovens na atividade, a manutenção e a viabilidade dos recém-instalados, com a evolução e tendência dos mercados, com as novas tecnologias e com as alterações climáticas.

A taxa de insucesso/sucesso, a percentagem dos que se mantém na atividade após o período obrigatório, dos que foram forçados a abandonar antes, e quais as causas de tudo isto! A formação profissional mínima exigida, o acompanhamento técnico, são exemplo de questões pertinentes carenciadas de análise e estudo para projeções futuras relativamente à problemática da instalação de Jovens Agricultores.

Esperemos que a CAJA – Comissão de Acompanhamento de Jovens Agricultores, organismo da qual a AJAP faz parte, possa dar um excelente contributo para estas e outras questões.

Renovar as gerações de agricultores é urgente. Que políticas devem ser adotadas para conseguir tal objetivo?

A resposta a essa questão entronca sempre nas verbas disponíveis afetas ao programa (PDR2020) em curso, ou ao que se avizinha. A PAC – Política Agrícola Comum deve ter cada vez mais esta preocupação bem presente. A taxa de rejuvenescimento tem diminuído e a de abandono das zonas rurais tem aumentado bastante um pouco por toda a Europa.

Pelo que é necessário investir de forma consistente em políticas de instalação de jovens agricultores, e de fixação de jovens nas zonas rurais.

Em Portugal, o PRODER (2007 – 2013) apenas conseguiu dar boa resposta após 2009, tendo em face uma estratégia e conjuntura favoráveis atingiu mais de 9.000 instalações de novos agricultores. O atual PDR 2020, apesar do forte compromisso financeiro, pode em minha opinião dar um excelente contributo, não só pelo número de instalações, como pela distribuição dos investimentos em regiões agrícolas menos competitivas.

Importa não desacelerar o investimento e perceber que o país é muito heterogêneo, e necessariamente, tem de ter apoios diferenciados consoante as especificidades de cada região.

Passaram vários Governos e a AJAP ainda não viu legislada a figura do Jovem Empresário Rural. Estará para breve?

Estamos confiantes que o atual Governo cumpra o compromisso que estabeleceu ainda em campanha eleitoral através do programa de governação apresentado. Este processo teve um bom começo, foi bastante acarinhado pelo anterior Presidente da República, e o Ministro à época, Professor António Serrano, pouco mais podia fazer, e fez, colocou a DGADR a estudar o assunto.

Relativamente ao Governo anterior registamos o empenho do Secretário de Estado, Professor Francisco Gomes da Silva, na continuidade desse estudo, mas um claro afastamento político por parte da Ministra Dra. Assunção Cristas e do seu Governo, este sim o maior contratempo do JER.

A figura do JER está inscrita no Plano Nacional para a Coesão Territorial, é da responsabilidade política do Ministro da Agricultura, que por várias vezes publicamente tem afirmado estar em curso a sua concretização e para breve será objeto de discussão em Conselho de Ministros.

A AJAP tem feito o seu trabalho de casa, tem consciência da importância estratégica para o país em tornar o espaço rural mais apelativo para jovens empreendedores e inovadores. Conta desde a primeira hora com o apoio da Caixa Central do Crédito Agrícola, um banco cooperativo com forte presença local, que procura incrementar o desenvolvimento económico e social do espaço rural português. Sem dúvida o melhor parceiro para levar por diante tão grande desafio. Espe-

ramos para breve notícias do Governo sobre esta matéria.

O Eduardo é jovem agricultor. Quais são as suas principais dificuldades no dia-a-dia?

Para além de ser jovem agricultor considero-me um jovem empresário rural. Em termos agrícolas a aposta tem sido na recuperação e beneficiação de 20 hectares de olival tradicional, pela melhoria das práticas culturais, quer pela introdução da vibração mecânica para a apanha da azeitona, bem como pela plantação de mais 6 hectares. Apostei ainda na instalação de novos pomares de castanheiro - 8 hectares - e 12 hectares de amendoeira.

Considero-me um jovem empresário rural porque a minha empresa presta serviços de assistência técnica nas áreas de instalação de sistemas de rega, e manutenção/reparação de máquinas agrícolas na região.

Para os jovens que iniciam de raiz uma exploração, ou têm de a reverter quase na totalidade, é muito mais lenta a amortização do investimento realizado, se a isso acrescermos os custos do dia-a-dia, associados a receitas iniciais baixas, deparamo-nos com dificuldades reais que apenas conseguimos ultrapassar pela imensa vontade que nos move em vencer todos os obstáculos.

O associativismo e o cooperativismo deviam estar ainda mais próximos dos agricultores, reconheço as suas dificuldades por vezes técnicas e ao nível das infraestruturas necessárias por forma a agilizar o problema da comercialização das produções dos agricultores.

Os apoios ao investimento, o prémio inicial de instalação, os apoios à formação e o acompanhamento ao longo do projeto deviam em certa medida estar mais associados à realidade das regiões.

Como vê o futuro da AJAP na próxima década? Quais as suas prioridades para a associação?

A AJAP tem assumido cada vez mais responsabilidades, fruto da sua intensa atividade anual e da sua forte presença de forma direta pelos nossos técnicos e de forma indireta pelas nossas entidades recetoras no país.

Não é por acaso que foi aceite como membro do CES, também não é obra do acaso ter sido aceite como associada da Confederação Empresarial da CPLP. Certamente também não é por acaso que tem estabelecido um conjunto de protocolos com Caixas de Crédito Agrícolas Regionais, após ter assinado em novembro de 2014, Protocolo com a Caixa Central do Crédito Agrícola.

A atividade junto dos jovens agricultores e dos agricultores em geral tem sido intensa, a defesa do espaço rural e o combate à desertificação têm persistido na AJAP, como preocupação crucial ao desenvolvimento do país, o que levou à proposta e criação da figura do JER – Jovem Empresário Rural.

A inovação, o empreendedorismo no espaço rural, a comercialização, exportação e cooperação com os países da CPLP, fazem parte dos objetivos da AJAP enquanto preocupações dos nossos jovens e associados com dinâmicas empresariais e investidoras. Neste âmbito funcionamos como facilitadores no estabelecimento de pontes de contacto, de divulgação das suas iniciativas e dos seus produtos, daí marcarmos presença constante em feiras e eventos nacionais e internacionais, daí realizarmos seminários e conferências em Portugal e em diversos países.

A AJAP não funciona a reboque de nada nem ninguém, tem a sua trajetória de crescimento e afirmação bem definidas, com humildade estamos próximos, fazemos acontecer e marcamos pela diferença. Essa é a nossa principal marca, fazer mais e melhor com cada vez mais profissionalismo.

«A futura PAC deve ser dirigida aos que lavram a terra»

O Conselho Europeu de Jovens Agricultores (CEJA) defende que o Banco Europeu de Investimento deve ser mais ativo no financiamento da agricultura e do mundo rural e reclama medidas inovadoras de gestão de risco e apoio ao rendimento na futura PAC. Entrevista com Alan Jagoe, presidente do CEJA.

Como vê a renovação de gerações num futuro próximo, considerando que mais de metade dos agricultores da UE tem mais de 55 anos?

Precisamos antes de mais de refletir sobre os desafios que a renovação de gerações implica. Porque mais de metade dos agricultores da UE tem mais de 50 anos, há uma necessidade premente de incentivar os jovens a entrar na atividade. A melhor forma de o fazer é garantir que a profissão de agricultor é vista como uma carreira atrativa e mais viável.

O que falhou na atual PAC para impedir que mais jovens entrem na atividade agrícola?

Na nossa opinião, a atual PAC não foi orientada para os agricultores

ativos, por isso, temos que assegurar que as futuras políticas sejam realmente dirigidas a quem está ativamente no terreno: os que orde-nham as vacas, os que lavram a terra, os que lançam as sementes à terra.

O CEJA defende um “novo modelo sustentável para uma PAC enérgica”. Quais são as vossas expectativas para a reforma da PAC após 2020?

Estamos neste momento a definir as nossas prioridades para a PAC, por isso, não posso ser muito detalhado. As matérias que estamos a discutir (tais como a renovação de gerações e a definição de agricultor ativo) terão um impacto relevante nas nossas expectativas sobre a PAC. As medidas políticas que forem introduzidas devem ser realis-

tas e exequíveis nas explorações agrícolas.

O acesso ao crédito é uma barreira que impede muitos jovens de investirem no setor agrícola. Que medidas devem ser adotadas para ultrapassar este problema?

O Banco Europeu de Investimento deve ser mais ativo no financiamento da agricultura e do mundo rural, uma vez que desempenha um papel importante no financiamento de base ao setor. Pela minha experiência posso afirmar que modelos inovadores como o “Milk Flex”* na Irlanda são um exemplo do que pode ser conseguido com o financiamento e apoio apropriados.

*O Milk Flex é um fundo de financiamento que garante crédito com taxas de juro reduzidas e condições de pagamento flexíveis aos produtores de leite irlandeses. Resulta de uma parceria entre sociedades privadas de garantia financeira, o Rabobank e o Fundo de Investimento Estratégico da Irlanda.





O CEJA defende a implementação de acordos de sucessão que permitam a passagem da terra das mãos dos agricultores mais velhos para os mais jovens.

Como funciona isto na prática?

A propriedade da terra é frequentemente vista como uma barreira à entrada na profissão agrícola, mas não é obrigatório que assim seja. O CEJA tem assistido à implementação de modelos de sucesso como as parcerias de sucessão. Estes *leasings* de curto prazo facilitam o acesso à terra, o agricultor não fica dono da terra, mas explora a terra em parceria com outros. Este tipo de parcerias podem ajudar os jovens agricultores a trabalhar e a crescer, enquanto os mais velhos se retiram da atividade (embora com um rendimento).

A implementação deste tipo de modelo é viável à escala europeia?

Sim é viável, mas requer que todos os envolvidos em todos os Estados-membros se juntem e trabalhem com o mesmo propósito.

O CEJA defende a implementação de medidas que reduzam a volatilidade do rendimento dos jovens agricultores.

Que medidas são essas?

A volatilidade a que temos assistido nos últimos anos colocou maior pressão financeira sobre os agricultores. Nas futuras reformas da PAC precisamos de medidas inovadoras na área da gestão de risco e do apoio ao rendimento, que contemplem os riscos climáticos, sanitários e de mercado, que frequentemente causam enormes problemas, se mal geridos. Uma das medidas a adotar é a implementação do artigo 122 que permite que em tempos de crise os agricultores reduzam a produção, beneficiando de “compensações”.

O acesso à educação e informação especializadas e o apoio técnico nos primeiros anos de atividade são fundamentais para os jovens agricultores. Fale do seu exemplo pessoal...

No caso dos jovens agricultores é absolutamente necessário. Devemos ter um esquema bem montado

de transferência de conhecimento em todos os Estados-membros que garanta o acesso à informação mais atualizada. Em última análise, isto contribui para aumentar a eficiência e, desejavelmente, a rentabilidade dos jovens agricultores.

No meu caso pessoal, na Irlanda, existe um modelo baseado num grupo de discussão para a área dos laticínios onde os jovens agricultores se juntam com a ajuda de um mentor que lhes fornece informação e investigação atualizadas.

O CEJA reclama a implementação de mecanismos obrigatórios que protejam os agricultores e os fornecedores na cadeia de valor alimentar. Explique.

Precisamos de reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor alimentar. Afinal de contas todos os agentes, desde o campo ao prato, visam o lucro. Os políticos têm que entender que os agricultores precisam de assegurar um rendimento que lhes permita viver dignamente, caso contrário abandonarão a atividade.

«A PAC deve apoiar os jovens a longo prazo»

O Governo italiano isentou os jovens agricultores do pagamento de impostos entre 2017 e 2019 e implementou medidas que facilitam o acesso à compra de terra mediante pagamento a 30 anos. Roberto Moncalvo, presidente da Coldiretti, a maior associação de agricultores italiana, reconhece que os jovens estão a “regressar à terra”, mas pede políticas de maior alcance na PAC após 2020.



Em Itália qual a percentagem de jovens agricultores do total de agricultores?

Nos últimos anos assistimos em Itália à “descoberta” do mundo agrícola por parte dos jovens, um verdadeiro “regresso à terra”, se considerarmos que em 2016 o número de jovens agricultores com menos de 35 anos ficou acima dos 50.000. O resultado é o rejuvenescimento da atividade, 8,4% dos jovens empreendedores italianos são agricultores.

A renovação de gerações está assegurada? Se não, quais os principais obstáculos à entrada de mais jovens na agricultura?

Não obstante o interesse pelo setor agrícola ser comprovado por dados consistentes e encorajadores, não devemos subestimar as dificuldades com que os jovens empresários agrícolas se confrontam no primeiro ano de instalação na atividade e nos anos seguintes, que levam alguns a desistir. Por este motivo, somos da opinião de que a atual política de apoio à primeira instalação dos jovens agricultores não é suficiente para garantir uma verdadeira e duradoura renovação de gerações. É necessário adotar políticas com uma aborda-

gem integrada e de maior alcance. Uma “política para os jovens” orientada também para as empresas já estabelecidas, de modo a acompanhá-las na fase de crescimento.

Por outras palavras, o que garantirá uma verdadeira renovação das gerações de agricultores são políticas de acesso à terra, crédito bonificado ao investimento, formação e acesso às novas tecnologias, numa lógica menos burocrática e mais próxima das empresas.

Quais as principais medidas de apoio aos jovens agricultores em Itália?

Itália é um dos oito países que optou por implementar mais do que um programa, com o objetivo de responder às diferentes necessidades regionais. Em Itália, vigoram em paralelo: um PDR de âmbito nacional relativo a apoios à gestão de riscos, infraestruturas de rega e biodiversidade animal; um programa Rede Rural de âmbito nacional e 23 PDR regionais para todos os outros temas.

Neste contexto, o prémio à primeira instalação de jovens agricultores varia consoante a região, entre 30.000€ a 70.000€. Os jovens podem concorrer aos apoios numa modalidade single

ou através do “Pacote Jovem” ou ainda de forma combinada (facultativa ou obrigatória, depende das regras de cada região) com outras medidas, sobretudo relativas ao investimento, modernização, diversificação, formação e adesão a sistemas de qualidade.

A nível nacional, o primeiro grande passo no apoio aos jovens surgiu com a publicação da Lei 228/2001, que abriu caminho à agricultura multifuncional e impulsionou o ingresso dos jovens na atividade agrícola. Cerca de 15 anos após a sua adoção, 70% dos jovens empresários com menos de 35 anos criaram negócios em meio rural, desde a transformação à venda direta, agricultura social, quintas pedagógicas e agroturismo.

Uma das condições para ser agricultor é sem dúvida o acesso à terra. Neste âmbito o financiamento proporcionado pelo Istituto Di Servizi per Il Mercato Agricolo Alimentare (ISMEA) é muito importante, através do qual os jovens adquirem a terra através de um plano de pagamento com financiamento reembolsável e amortizado a um máximo de 30 anos, com reserva de propriedade que passa para seu nome aquando do pagamento da última prestação.

Finalmente, o Governo lançou recentemente importantes medidas para impulsionar a competitividade do setor agrário, entre as quais a isenção de impostos para os jovens agricultores, no período 2017-2019, e isenção parcial em 2020 (a 66%) e 2021 (a 50%).

As medidas mencionadas contribuíram para aumentar o número de jovens agricultores instalados?

As oportunidades oferecidas pela PAC podem contribuir para a instalação de jovens agricultores; os dados são encorajadores, considerando que até à data estão previstas 20 mil novas instalações provenientes dos PDR regionais para todo o período de programação 2014-2020.

Qual é o valor em euros do investimento total de projetos de jovens agricultores aprovados em Itália?

Os recursos totais alocados ao PDR 2014-2020 para instalação de jovens agricultores é 891 milhões de euros, cerca de 4,8% do total do pacote financeiro do PDR, metade dos quais oriundos do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. A estes somam-se apoios complementares, por exemplo, ao investimento, formação, aconselhamento e inovação.

Em sua opinião, que medidas deveriam ser implementadas na PAC após 2020 para incentivar a entrada e permanência dos jovens na atividade?

As políticas para promover a renovação de gerações prevista na PAC são importantes, no entanto, a PAC não deve limitar-se a apoiar a primeira instalação, deve adotar políticas que suportem os jovens também através de medidas integradas e de longo prazo, ajudando-os a superar os desafios que enfrentam nos primeiros anos de atividade, sobretudo as problemáticas legais.

Que serviços inovadores são prestados pela Coldiretti aos seus associados?

A Coldiretti presta assistência contínua e constante aos seus associados. Em relação aos jovens, o Movimento Coldiretti Impresa está presente em todo o território nacional, graças a uma rede capilar de colaboradores. Por outro lado, prestamos um serviço de tutoria, no qual os jovens agricultores selecionados, pela sua experiência como empreendedores, respondem a um total de cerca de 300 perguntas por mês. Promovemos constantemente cursos de formação gratuita dedicados aos jovens e estabelecemos um protocolo

com a Creditagri, uma sociedade de garantia bancária parceira da Coldiretti, que disponibiliza mais de 100 milhões de euros por ano para incentivar o investimento, bem como um sistema de antecipação de crédito que permite uma redução do tempo de acesso ao crédito público e privado, que passou de uma média histórica estimada em 20 meses para dois meses.

Finalmente, a Coldiretti Giovani Impresa criou o *Agriweb advisor*, uma nova figura profissional nascida de um acordo tripartido entre a Coldiretti, o Ministério do Trabalho e a Google, sob o lema “Crescer com o digital”. Este projeto destina-se à formação e inserção de jovens com competências digitais no mundo do trabalho através de instrumentos do Fundo de Garantia Jovem do Ministério do Trabalho. O primeiro grupo de 100 jovens conselheiros em agricultura digital (*Agriweb advisor*) vai trabalhar nas delegações da Coldiretti em todo o território nacional, desenvolvendo sites web e plataformas de e-commerce para as empresas agrícolas e incentivando a sua participação nas redes sociais, com vista a melhorar a comunicação das empresas agrícolas.



«A PAC deve adotar uma definição contundente de agricultor ativo»

Em França por cada 3 agricultores reformados, apenas 2 são substituídos por jovens. A associação Jeunes Agriculteurs quer promover a profissão de agricultor e propõe a adoção de medidas ambiciosas para acompanhamento aos jovens agricultores nos primeiros anos de atividade.



Jérémy Decerle,
presidente da Jeunes Agriculteurs

Qual a percentagem de jovens agricultores em França do total de agricultores?

Os agricultores com menos de 35 anos representam 12,5 % do total de agricultores em França. A população de agricultores está envelhecida, a idade média dos gestores de explorações agrícolas é de 47,8 anos (dados do recenseamento de 2011 da MSA).

A renovação de gerações está assegurada?

Se não, quais os principais obstáculos à entrada de mais jovens na agricultura?

Por cada 3 agricultores que se reformam, apenas 2 são substituídos por jovens. Existe renovação de gerações, mas não a um ritmo suficiente para compensar o total de saídas por reforma. A nossa ambição é facilitar o acesso à profissão, o que implica agir a vários níveis: facilitar o acesso à terra, garantir ajudas à instalação, diversificar as fórmulas de financiamento e promover a profissão de agricultor.

Quais as principais medidas de apoio aos jovens agricultores em França?

Qualquer jovem agricultor francês com menos de 40 anos que se instale pode candidatar-se à Dotation Jeune Agriculteur (DJA). Esta ajuda à tesouraria é paga em duas vezes e varia consoante a zona geográfica do país, no caso das instalações em que a agricultura não é a atividade principal a ajuda é reduzida em 50%.

Os jovens podem igualmente beneficiar de total isenção fiscal sobre os lucros no primeiro ano de atividade após a instalação e de isenção de 50% nos quatro anos seguintes. Os jovens podem ainda obter isenção de 50% da taxa de IMI sobre prédios rústicos não edificadas.

Tal como os outros jovens agricultores europeus, os franceses recebem o «top up jovem» via PAC.

As medidas mencionadas contribuíram para aumentar o número de jovens agricultores instalados?

A Dotation Jeune Agriculteur (DJA) existe desde 1973 e, após 40 anos, o número de jovens agricultores está em baixa. Esta medida não foi suficiente para impedir a diminuição do número de agricultores em França, embora contribua para atenuar a curva descendente. No entanto, verificamos que há uma taxa de manutenção relevante dos jovens na atividade 5 anos após a primeira instalação. Esta taxa é extremamente elevada (95%) no caso dos jovens que tiveram acompanhamento especializado na obtenção de apoios financeiros nacionais (DJA, crédito com juros bonificados, etc).

Qual é o valor médio do investimento numa primeira instalação?

Em França, o custo médio de instalação de uma exploração agrícola é de 250.000€ a 300.000 €.

Em sua opinião, que medidas deveriam ser implementadas na PAC após 2020 para incentivar a entrada e permanência dos jovens na atividade?

A PAC 2020 deve conter uma medida de acompanhamento financeiro e/ou técnico emblemática e ambiciosa para os jovens. Apesar de o «top up jovem», medida do 1º pilar da PAC 2014-2020, ser útil, é insuficiente. Não existe harmonização entre Estados-membros nos critérios de distribuição, o que impede que esta ajuda aos jovens agricultores seja realmente pertinente e contribua para afirmar uma política voluntarista de renovação das gerações de agricultores à escala europeia.

Nas discussões da PAC 2020 insistiremos na adoção de dispositivos contracíclicos e de segurança. Na realidade, os jovens são os mais expostos às adversidades do clima, da economia e às ameaças fitossanitárias e de sanidade animal, por isso devemos criar instrumentos que lhes permitam prevenir-se.

Por outro lado, a PAC deve adotar uma definição contundente de «agricultor ativo», de modo a que beneficiem das ajudas apenas os homens e as mulheres que efetivamente trabalham a terra.

Que serviços inovadores são prestados pela Jeunes Agriculteurs aos seus associados?

Para os jovens agricultores que queiram instalar-se com sócios temos formação específica para os acompanhar na tomada de decisão coletiva e ao nível das relações intergeracionais e inter-profissionais. Também apoiamos os jovens agricultores no plano fiscal, legal e social.



Votação no Congresso Anual da Jeunes Agriculteurs



«UPA defende criação de plano de acesso à terra para jovens»

A UPA-União de Pequenos Agricultores e Criadores de Gado, a mais jovem associação de agricultores de Espanha, teme que a recente vaga de investimento jovem na agricultura seja passageira, caso os Governos não adotem medidas que facilitem o acesso à propriedade da terra. Entrevista com Lorenzo Ramos, secretário-geral da UPA.



Qual a percentagem de jovens agricultores em Espanha em comparação com o total de agricultores?

Há falta de dados atualizados, mas os disponíveis indicam que há alguns anos existiam no nosso país 5% de agricultores com menos de 35 anos e 55% de agricultores com mais de 55 anos. A proporção era, portanto, de 1 jovem agricultor por cada 10 agricultores com mais de 55 anos. De um milhão de trabalhadores agrícolas ativos em Espanha, apenas 400.000 são profissionais e 55.000 são agricultores jovens.

A renovação de gerações está assegurada? Se não, quais os principais obstáculos à entrada de mais jovens na agricultura?

Lamentavelmente não está. Os principais obstáculos são a dificuldade em aceder à propriedade da terra, as barreiras para ceder explorações agrícolas, a escassez de serviços no meio rural, a debilidade dos programas formativos e do associativismo juvenil e o próprio sistema de cessação de direitos das ajudas da PAC.

Quais as principais medidas de apoio aos jovens agricultores em Espanha?

Tanto nas ajudas à primeira instalação, como nas medidas complementares, a situação é muito variável em Espanha. O prémio à primeira instalação depende do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) aprovado em cada Comunidade. Em todo o caso, o teto máximo é de 70.000€. Quanto às medidas complementares há tantas como setores. Um exemplo é que os novos jovens viticultores, que estão a iniciar a atividade agrícola, têm prioridade no recebimento da autorização (de plantação).

As medidas mencionadas contribuíram para aumentar o número de jovens agricultores instalados?

Não em grande medida. O certo é, e lamentavelmente, que a crise económica contribuiu muito mais do que estas medidas. Muitos jovens tiveram que voltar às aldeias para viver com as suas famílias, ou pura e simplesmente não conseguiram sair do seu seio familiar nos meios rurais. Na realidade (o aumento do número de jovens agricultores) é apenas uma situação de conjuntura.

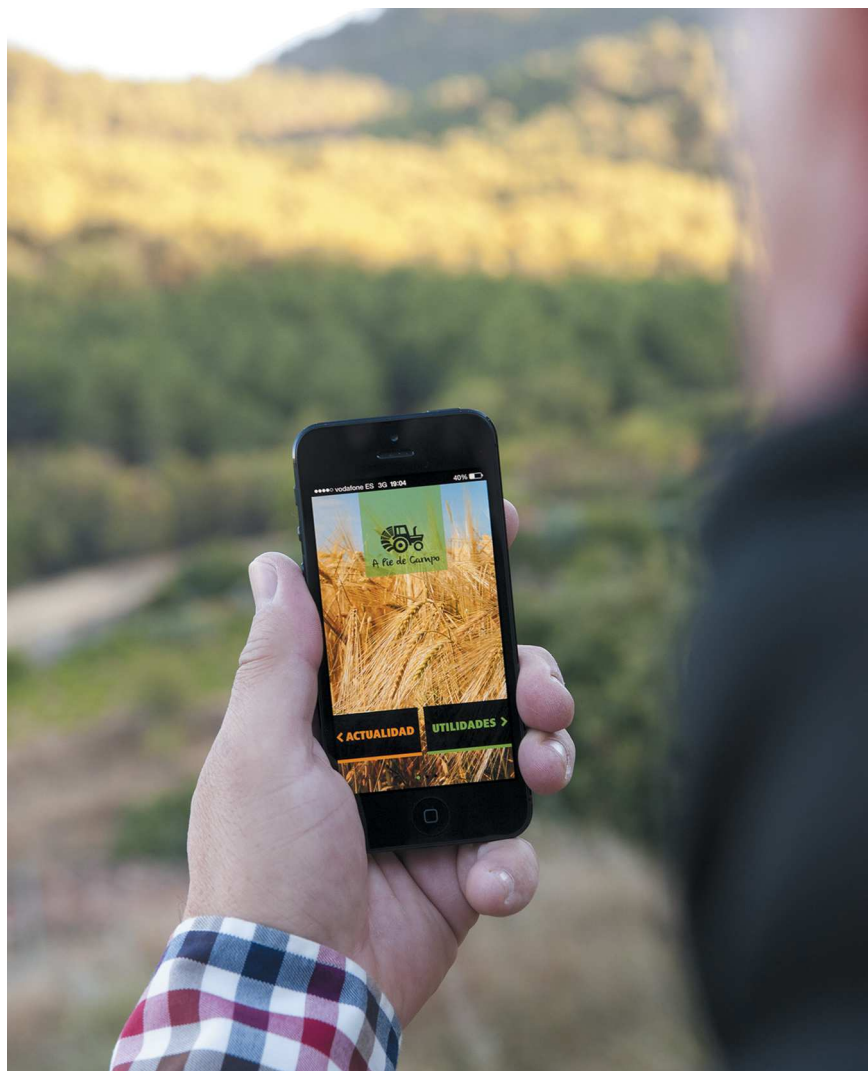
Por cada 10 agricultores com mais de 55 anos há 1 jovem agricultor em Espanha

Qual é o valor em euros do investimento total de projetos de jovens agricultores aprovados em Espanha?

Mais uma vez depende de cada Comunidade Autónoma (CCAA), dentro dos limites a nível da UE estabelecidos no Regulamento de Desenvolvimento Rural, tendo em conta a possibilidade de aumentar a ajuda 20 pontos percentuais, sem que ultrapasse 90% no caso dos jovens agricultores.

Em sua opinião, que medidas deveriam ser implementadas na PAC após 2020 para incentivar a entrada e permanência dos jovens na atividade?

A UPA Jovem vem pedindo às Autoridades um apoio contundente aos jovens, que se deve traduzir nas seguintes propostas: desenvolvimento de um plano de acesso à terra para os jovens; maior facilidade na transmissão das explorações agrícolas; criação de organismos de transmissão de terras; isenção do pagamento de direitos sucessórios para pequenas explorações agrícolas; melhoria do meio rural e acesso a serviços; maior facilidade na obtenção de reformas antecipadas; desenvolvimento de políticas que fomentem o uso de novas tecnologias de informação e comunicação no meio rural; fortalecimento de programas de formação e do associativismo juvenil



“A Pie de Campo” é uma aplicação para dispositivos móveis criada pela UPA para ajudar os jovens agricultores

e dar prioridade aos agricultores jovens em todas as medidas que pretendam estabelecer diferenças ou critérios de prioridade entre explorações agrícolas.

Que serviços inovadores são prestados pela UPA Jovem aos seus associados?

Consideramos que as novas tecnologias são muito importantes, são ferramentas que facilitam o trabalho diário dos agricultores e criadores de gado, por isso, é nelas que apostamos. Na página web da nossa associação existe uma área de

acesso restrito aos nossos associados e associadas que lhes permite, por exemplo, gerir o caderno de campo ou o livro de registo animal. Também dispomos de uma aplicação para dispositivos móveis dirigida especialmente aos mais jovens, onde lhes damos acesso a ferramentas e informação de grande interesse. Claro que também organizamos todo o tipo de cursos e jornadas de formação por toda a Espanha e na nossa plataforma online sobre temas inovadores, como o uso de drones ou a agricultura de precisão.

«O Crédito Agrícola defende a figura do Jovem Empresário Rural há muito tempo»

Victor Gomes, presidente do conselho de administração da Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Dão e Alto Vouga, reconhece que a procura de crédito por parte dos agricultores da região é escassa, porque não aparecem novos investimentos.

Que mais-valias decorrem do protocolo assinado entre o Crédito Agrícola e a AJAP para os vossos clientes? Dê exemplos de casos concretos.

A partir da data da assinatura do protocolo com AJAP, o Crédito Agrícola Vale do Dão e Alto Vouga poder prestar um serviço 100% gratuito a todos os que a nós recorrem na elaboração e receção de pedidos das ajudas e do SNIRA, bem como a facilidade e celeridade com que os assuntos são atualmente tratados via secretariado da AJAP, no apoio aos nossos técnicos no terreno.

Qual a sua opinião sobre a figura do Jovem Empresário Rural proposta pela AJAP? Como pode o Crédito Agrícola ajudar a pôr em prática este conceito?

A figura do Jovem Empresário Rural é algo que no Crédito Agrícola já vem sendo defendido há muito, pois em nosso entender pode-se ser jovem na agricultura em qualquer idade, aos 45, 50 ou 55 anos por exemplo. O importante é contribuir para a implantação de uma ideia inovadora e viável que venha de alguma forma contribuir para uma mais-valia da economia na-

cional, criação de postos de trabalho, fixar pessoas às regiões e ser uma fonte de rendimento sustentável para uma família de agricultores.

O Crédito Agrícola poderá ajudar através do apoio técnico com origem em diversas parcerias, e também com linhas de crédito em condições acessíveis e adaptadas aos diversos planos de negócio dos jovens empresários rurais.





O Crédito Agrícola vai lançar este ano uma campanha com condições especiais para o setor agrícola. Pode revelar do que se trata?

De momento não são conhecidos os pormenores da campanha, contudo deverá ser em tudo muito semelhante à do ano anterior, isto é, condições especiais de acesso ao crédito (tesouraria ou investimento), sendo de destacar a tradicional linha de antecipação de ajudas ao rendimento, associadas a um pacote de seguros de ramos reais e de vida, com bónus nos prémios de subscrição.

Quais as expectativas quanto à concessão de crédito ao setor agrícola em 2017? E em concreto a Jovens Agricultores?

Para 2017 e falando pela minha região (Dão/Lafões), infelizmente

as expectativas de concessão de crédito ao setor agrícola são muito baixas. Não há procura de crédito, não aparecem novos investimentos. O pouco crédito que se vai fazendo é crédito pontual de tesouraria.

Quais os setores da atividade agrícola que atraem mais investimento na região?

Atualmente, temos a tradicional vinha e o setor dos frutos vermelhos que tem estado a implementar-se na região.

Os seguros de colheitas e outros seguros à atividade agrícola estão a ter mais procura? Como antevê a evolução deste negócio nos próximos anos?

Tal como o crédito, o seguro de colheitas não tem tido aumento de procura, talvez por as condi-

ções climáticas se terem alterado e as seguradoras não adaptaram as suas apólices/coberturas a estas alterações de clima.



Victor Gomes

«As medidas propostas pela AJAP são uma oportunidade para a agricultura da região Norte»

Adriano Diegues, presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, destaca a forte adesão às ações de apoio aos jovens agricultores no distrito de Bragança e considera essencial potenciar a organização estratégica no escoamento dos produtos regionais.



A Agricultura tem atraído jovens investidores ao distrito de Bragança?

A Região Norte é aquela que, dentro do País, apresenta taxas de instalação mais elevadas de jovens agricultores e o distrito de Bragança contribui de modo expressivo para esta preponderância. Verifica-se ao nível dos apoios a projetos de investimento do PDR2020 uma forte adesão às ações de apoio aos jovens agricultores. Tendência similar foi observada nas ações homólogas do anterior programa de Desenvolvimento Rural (PRODER).

Para estes resultados também tem contribuído o importante papel desempenhado pelo Instituto Politécnico de Bragança ao nível da formação, do empreendedorismo e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Quais os subsectores de atividade com mais dinâmica na agricultura da região?

As dinâmicas de investimento associadas aos projetos apoiados por fundos públicos e as estatísticas agrícolas evidenciam crescimento importante das culturas permanentes, com particular destaque para os frutos secos, castanha e amêndoa e, em menor escala, o olival. Denotam-se ainda dinâmicas mais recentes de crescimento nos setores apícola, pequenos frutos e cogumelos. O vinho também apresenta alguma dinâmica e o seu potencial é enorme.

Cite alguns projetos de investimento apoiados pelo Crédito Agrícola do Alto Douro, na área agrícola.

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro aposta no apoio personalizado aos projetos dos agricultores da região, oferecendo soluções específicas para o setor agrícola, apoiadas em parcerias estratégicas como a da AJAP. O setor agrícola tem um peso superior na carteira de crédito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro (5,5%) relativamente ao mercado nacional (2,9%), com uma taxa de crescimento significativa face ao período homólogo (30,2%). Esta tem-se revelado uma aposta bem-sucedida, o que se comprova pela inexistência de crédito vencido na carteira de crédito CCAM, em oposição ao que se verifica a nível nacional (6,5%).

Quais as oportunidades e ameaças ao crescimento da agricultura no distrito de Bragança?

Os apoios públicos a projetos de investimento, a melhoria da rede viária e o aumento da disponibilidade de mão-de-obra qualificada são já uma mais-valia para o desenvolvimento da agricultura na região. O aumento das produções tem potenciado uma maior e melhor organização do setor. Por sua vez, a crescente procura de produtos com qualidade certificada aliada ao potencial crescimento do turismo na região são oportunidades que a região reconhecida-

mente pode traduzir em produção com qualidade e diferenciação. Em resposta a novas exigências de qualidade e inovação, será necessário potenciar a gestão do solo agrícola e do regadio e a organização estratégica no escoamento de produtos regionais, aumentando a competitividade e garantindo a sustentabilidade. A irregularidade das condições climáticas e o envelhecimento da população aliado às dificuldades de fixação de jovens na região são algumas preocupações.

A figura do Jovem Empresário Rural, proposta pela AJAP, poderá contribuir para criar mais investimento no distrito?

Trata-se de uma estratégia valorizada pelo Crédito Agrícola. Uma das categorias do Prémio Empreendedorismo e Inovação do Crédito Agrícola, que tem por objetivo reconhecer o mérito e a excelência na agricultura, identifica-se com a figura do Jovem Empresário Rural.

O objetivo das medidas propostas pela AJAP - qualificar, apoiar, acompanhar e atrair jovens para a agri-

cultura - são uma oportunidade para este setor preponderante na nossa região. Traduz-se num incentivo à criação de mais postos de trabalho na agricultura, o que trará investimento para a região e se traduzirá certamente em motor de desenvolvimento.

Que mais-valias decorrem do protocolo assinado entre o Crédito Agrícola e a AJAP para os vossos clientes? Dê exemplos de casos concretos.

A parceria estabelecida com a AJAP é uma das iniciativas promovidas pelo Crédito Agrícola com objetivos estratégicos de prestar um serviço diferenciado e de qualidade que satisfaça as necessidades dos agricultores e contribuir para o rejuvenescimento da carteira de clientes. As condições preferenciais e específicas de acesso aos produtos e serviços disponibilizados pelo Crédito Agrícola, bem como o apoio técnico e especializado prestado pelos técnicos da AJAP, nomeadamente na promoção de formação e na realização de candidaturas de projetos de agricultores a fundos públicos, são algumas das mais-valias que advêm desta parceria e que queremos explorar.



«O importante é ter uma presença regular junto dos agricultores»

Catarina Ramos, técnica da AJAP no Ribatejo e Oeste, acompanha diariamente 20 agricultores do programa Origens do Intermarché. O seu apoio é fundamental para garantir que produzem com qualidade e segurança alimentar.



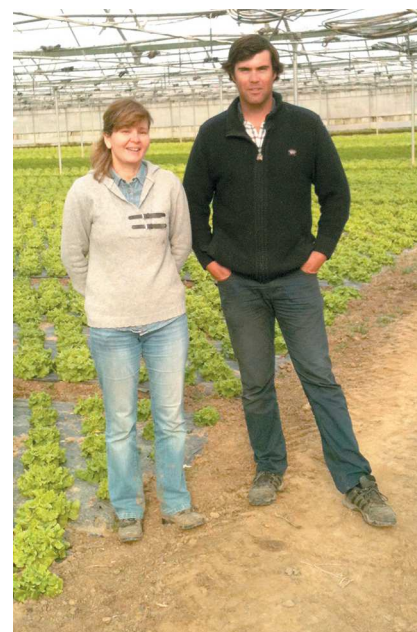
O dia-a-dia de Catarina Ramos reparte-se entre os talhões de hortas recortadas nas encostas da zona saloia e as várzeas extensas da lezíria ribatejana. Há quase 10 anos que se dedica à missão de ajudar os horticultores a produzir mais e melhor, garantindo que os produtos chegam frescos, nutritivos e seguros ao consumidor.

O seu trabalho é vasto, abrange desde a elaboração de cadernos de campo, ao aconselhamento na fertilização, proteção fitossanitária e rega, até ao fornecimento de listas de produtos homologados para proteção das culturas. «Não há dia nenhum em que não me liguem para esclarecer dúvidas ou pedir conselhos não só sobre as culturas, mas também sobre normas ambientais, projetos ou outros apoios disponíveis, escoamento dos produtos, etc. Quando se justifica vou ao terreno, mesmo fora do plano semanal de visitas. O importante é ter uma presença regular para fomentar a relação de proximidade com os agricultores e perceber as suas expetativas», explica.

Além dos 20 produtores do programa Origens do Intermarché, a quem presta assessoria técnica, Catarina Ramos acompanha outros agricultores, que produzem hortícolas, fruteiras, olival e vinha, ajudando-os a implementar as medidas agroambientais, sobretudo Produção Integrada, e incentivando-os a concorrer aos apoios correspondentes no PRD2020. Uma das suas tarefas mais recentes é a implementação da certificação GlobalGAP, que começa a ser exigida por algumas cadeias de grande distribuição (LIDL e Pingo Doce) aos produtores de hortaliças. «Já implementei o GlobalGAP em 4 explorações hortícolas do Oeste e tenho outras em curso.

Apesar de contribuir para a evolução qualitativa da produção, a certificação é um desafio enorme para os pequenos horticultores que fazem múltiplas culturas em simultâneo e implica um custo quase insuportável face ao preço pago pelos produtos», reconhece Catarina Ramos.

No Ribatejo, onde predominam as hortícolas para transformação (tomate, pimento, brócolos) e o milho, os ânimos estão em baixa devido à redução do preço pago pelas indústrias. «Alguns agricultores pensam em desistir ou em diminuir área e fala-se em alternativas florestais, como o sobreiro regado, para terrenos marginais, ou o girassol», explica a técnica da AJAP.



Catarina Ramos com um produtor de alfafa do Oeste



Há ainda os jovens investidores, que tendo formação superior noutras áreas de atividade, decidem arriscar em culturas agrícolas emergentes, como os pequenos frutos. Catarina cita o exemplo de vários jovens agricultores que ajudou a instalar no distrito de Setúbal, mas também em Coruche, Bombarral e Sintra, os quais apostaram na produção de framboesa ou outros pequenos frutos, ou ainda explorações de caprinos de leite.

«Há uma multiplicidade de fatores que constroem a nossa agricultura: além da baixa dimensão média da propriedade, destaco a falta de investigação aplicada, a volatilidade e exigências dos mercados (cuja rápida mutação muitas vezes não permite a atualização da estrutura das explorações em conformidade) e as alterações climáticas, com contornos ainda desconhecidos. Nesse sentido, um técnico enfrenta desafios diários em vários domínios pelo que deve adquirir competências em diferentes áreas, designadamente de ordem técnica, comercial e legislativa», conclui Catarina Ramos.

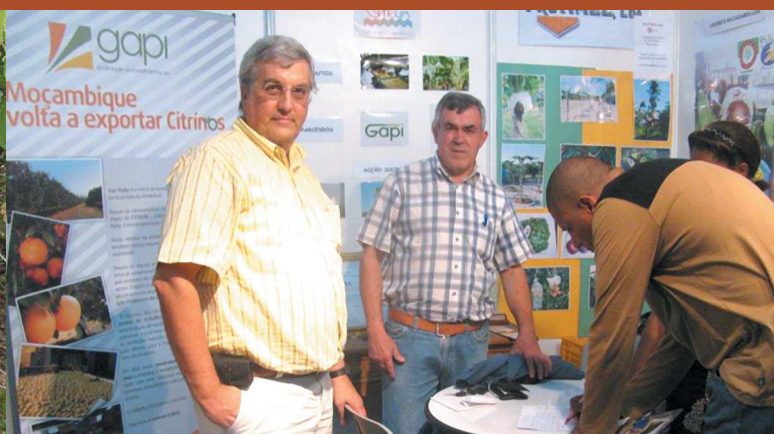


Frutimel - know-how português ao serviço da agricultura moçambicana

José Alcobia criou na década de 90 a Frutimel, uma empresa dedicada à produção de mel e árvores de fruto na província de Maputo. Este empreendedor português aposta em produzir localmente o que Moçambique importa.



Ensinando apicultura moderna nas zonas rurais



Da esquerda para a direita Paulo Negrão da CITRUM e José Alcobia da Frutimel

A génese da Frutimel prende-se com a trajetória de José Alcobia, um cooperante português contratado pelo Ministério da Agricultura de Moçambique em 1981 e que decidiu ficar no país e optar pela atividade privada.

A Frutimel é uma empresa familiar, fundada em 1994, localizada no distrito de Boane, província de Maputo, numa área de 5 hectares, designada por Quinta das Abelhas. Possui viveiros para multiplicação de plantas fruteiras (tropicais e temperadas) e plantas melíferas, produz e vende fruta tropical e de clima temperado, com variedades pouco exigentes em frio, nomeadamente de macieira, pereira, pessegueiro e ameixeira, resultado de experimentações realizadas pelo seu fundador ao longo dos anos.

A apicultura é outra das áreas de atividade da empresa, que detém uma fábrica de colmeias, uma sala de mel e apiário para uso em cursos de apicultura. Desenvolve também atividades de formação, assistência técnica, consultoria e fornecimento de colmeias e equipamento apícola em todo o território de Moçambique. A empresa possui 10 colaboradores.

A Frutimel é membro da Frutisul – Associação de Fruticultores de Moçambique, na qual estão representados produtores e exportadores de banana, citrinos e litchia, pequenos produtores de frutas diversas, fornecedores de fatores de produção e técnicos.

As atividades da Frutisul em prol do desenvolvimento da fruticultura moçambicana são, entre outras,

a promoção da feira anual Moz Agro, que teve início no ano passado, a participação em conferências, organização de ações de formação e a participação ativa no movimento associativo, nomeadamente, no Pelouro da Agricultura da CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique e na FENAGRI – Federação Nacional de Agricultura, que permitem que as oportunidades do setor frutícola sejam divulgadas.

Em meados de 2016, a Frutisul alterou os seus estatutos e passou a ser uma associação de âmbito nacional. «Isto significa que iremos ter nos próximos anos uma associação mais forte e com representações também no Centro e no Norte do país, abrangendo um grande número de fruticultores», explica José Alcobia.



Frutimel - Pomar de mangueiras da variedade Carmen

«Produzir localmente o que se importa»

José Alcobia lança um desafio à AJAP: incluir como seus membros os jovens agricultores luso-descendentes que trabalham em Moçambique, um país com muitas oportunidades por explorar.

Como evoluiu a produção frutícola nos últimos anos em Moçambique?

Moçambique, antes da independência, produzia e exportava banana e citrinos. A Cooperativa de Agricultores ao Sul do Save era responsável pela exportação da banana para África do Sul. Depois da independência, com a saída do país da maioria dos agricultores portugueses e com a guerra que se viveu, a situação da fruticultura decaiu muito. A chegada da paz trouxe novos investimentos e a entrada de agricultores sul-africanos, recomeçam os projetos da produção e exportação da banana, nomeadamente para a África do Sul.

A produção de citrinos foi decrescendo e hoje apenas a CITRUM – Citrinos do Úmbeluzi, localizada no distrito da Namaacha, junto da albufeira dos Pequenos Libombos, província de Maputo, produz citrinos em pequena escala comercial.

Durante o período do pós-guerra, em 1994, é criada a Frutisul – Associação de Fruticultores do Sul de Moçambique, que procura dinami-

zar o processo de organização de potenciais fruticultores, atendendo ao potencial que o país possui em recursos hídricos, solos, clima e localização geográfica para produzir todo o tipo de fruta que importa.

É também na década de 90 que chegam os Jovens Agricultores Portugueses para se instalarem, face ao potencial que o país oferece, a vontade expressa pelo Governo de Moçambique e o apoio do Governo português.

Na província de Manica foi relançada nos últimos anos a exportação do líchias para a Europa e na província de Maputo, em Catuane, é iniciado um projecto de produção de líchias pela empresa 3 Rios, com investimento sul-africano, já com uma produção estimada de 250 toneladas na colheita de 2016.

A empresa portuguesa Sumol-Compal instalou uma fábrica de sumos na província de Maputo, que comercializa em todo o território e prepara-se para exportar para a África do Sul. Esta empresa usa polpa de fruta importada, devi-

do à incapacidade de os fruticultores nacionais garantirem a polpa necessária e com regularidade.

Qual o potencial de aumento da produção de fruta em Moçambique?

Atendendo à crise económica que o país atravessa atualmente, a aposta passa por produzir localmente o que se importa. A oportunidade da produção de frutas que são importadas, principalmente da África do Sul, é um desafio que está lançado aos vários intervenientes da cadeia.



Angola - Ensinando apicultura moderna nas zonas rurais



Frutimel - Introdução em Moçambique da variedade de maçã Princesa

Quais os constrangimentos à evolução da produção?

Os constrangimentos no concenrente à produção frutícola são vários, nomeadamente:

- Falta de incentivos e de uma linha de crédito adequada para a fruticultura;
- Falta de investigação sobre fruteiras temperadas, para a introdução de variedades cuja produção tem procura assegurada no mercado e visando substituir as importações;
- Falta de apoio às Organizações de Fruticultores, de forma a torná-las profissionais e com um corpo técnico e meios capazes de prestarem serviços aos seus associados, principalmente nas áreas da formação e assistência técnica, como faz em Portugal a AJAP e cativando desta forma os produtores a associarem-se;
- Falta de infraestruturas para seleção, armazenagem e processamento da fruta;
- Falta de um programa integrado e eficaz de combate às moscas da fruta.

Quem é José Alcobia?

José Alcobia esteve durante 13 anos ao serviço do Ministério da Agricultura de Moçambique, desenvolveu atividades ligadas ao desenvolvimento cooperativo, como técnico oficial polivalente, num grande projeto financiado pelos países nórdicos - o MONAP - em que estiveram envolvidos outros cooperantes portugueses, com destaque para o Camilo Mortágua. Em 1982, o Ministério da Agricultura decide criar o Programa Apícola e são-lhe atribuídas as novas funções de técnico em apicultura, tendo sido mais tarde nomeado diretor do Programa Nacional de Apicultura. «*Foram anos de intenso trabalho, coordenando as áreas de formação no país e no exterior de técnicos nacionais e apicultores, fomento e extensão, investigação, adaptação de novas tecnologias e produção de colmeias e equipamentos, apesar da guerra que se viveu nesses anos*», recorda José Alcobia.

José Alcobia

Diretor técnico Frutimel
Jose.alcobia50@gmail.com
Tlm: +258 824 777 600
Caixa Postal 1527
Maputo | Moçambique

Como pode a AJAP ajudar a desenvolver a agricultura em Moçambique?

A AJAP conhece a realidade do atual estado de desenvolvimento da agricultura moçambicana, pois tem participado em eventos realizados neste país, como o de 2016 promovido pela AICEP em Maputo, estando em condições de prestar o devido aconselhamento a quem pretende investir em Moçambique. Tratando-se de uma Associação de Jovens Agricultores, o desafio que daqui lanço é incluir como seus membros os jovens agricultores luso-descendentes, alguns deles até formados nas instituições de ensino agrário em Portugal, que carecem de todo o tipo de apoio e poderão vir a ser num futuro breve, porque conhecedores desta realidade, agricultores modernos com uma ligação sustentável aos seus colegas e empresas portuguesas, fazendo a ponte Europa – África.




EXPO JARDIM

19ª FEIRA DE PLANTAS, FLORES,
MOBILIÁRIO URBANO E DE JARDIM,
PISCINAS E ACESSÓRIOS,
EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS
E ACESSÓRIOS PARA JARDINAGEM

10 - 12 MARÇO 2017
EXPOSALÃO / BATALHA

frutitec

5ª EXPOSIÇÃO PROFISSIONAL DE MÁQUINAS,
EQUIPAMENTOS, PRODUTOS E TECNOLOGIA PARA
FRUTICULTURA E HORTICULTURA

10 - 12 MARÇO 2017
EXPOSALÃO / BATALHA



iberopragas

3ª SALÃO PROFISSIONAL DE CONTROLO DE PRAGAS
(AGRÍCOLAS E URBANAS)

10 - 12 MARÇO 2017
EXPOSALÃO / BATALHA



 **exposalão**

P.O. Box 39, 2441-951 Batalha, Portugal
t. +351 244 769 480 / f. +351 244 767 489
e-mail. info@exposalao.pt

Formação Gratuita Jovens Agricultores



INSCRIÇÕES ABERTAS

www.ajap.pt

Formação Base - PDR2020
Agricultura Sustentável

Destinatários
Jovens Agricultores com projeto aprovado ao abrigo
do PDR2020

PRODER

- M1 - Formação Básica de Agricultura
- M2 - Formação Específica para a Orientação Produtiva
- M3 - Formação de Gestão da Empresa Agrícola
- M4 - Componente Prática em Contexto Empresarial

Destinatários

Jovens Agricultores com projeto aprovado ao abrigo
do PRODER a partir de 01.01.2013